

## POLUIÇÃO

IEMA: COBERTURA PARA  
CONTROLAR O PÓ PRETO

Estudo feito pelo órgão aponta domus como uma das soluções

VILMARA FERNANDES  
vfernandes@redgazeta.com.br

O enclausuramento do processo de produção e transporte do minério de ferro é uma das alternativas propostas pelo próprio Instituto Estadual de Meio Ambiente (Iema), como alternativa para controlar a emissão de poluição, mais conhecida na Grande Vitória como pó preto.

A informação está em um estudo feito pelo órgão ambiental do Estado, que faz parte de um inquérito aberto pelo Ministério Público Estadual para apurar o assunto.

Diz o texto do documento: “A implantação do enclausuramento nos pátios de estocagem da Ponta de Tubarão, dos transportadores de correias e de suas casas de transferência, proporcionará benefício à qualidade do ar da Grande Vitória”.

Mas acrescenta que, mesmo com a adoção da tecnologia, mais conheci-



DIVULGAÇÃO/HYUNDAI STEEL

Tecnologia já é adotada pela empresa Hyundai Steel, na Coreia do Sul, onde ajudou a reduzir a poluição

da como “domus” ou “domo”, não será possível mensurar os benefícios, ou seja, o percentual de redução da poeira.

O documento aponta ainda que “mesmo sendo

ambientalmente viável a implantação da tecnologia”, é preciso avaliar também a “viabilidade operacional e econômica” por se tratar de uma tecnologia diferente dos equipamen-

tos existentes hoje nos pátios das empresas.

A tecnologia a que ele se refere é o mesmo sistema já adotado desde 2009 pela siderúrgica Hyundai Steel, na Coreia do Sul. Lá fun-

ciona como um sistema de descarga, armazenamento e transporte de matéria-prima que reduziu a poluição no entorno.

Segundo o documento do Iema, o “enclausura-

mento e a melhor tecnologia de controle disponível que se tem conhecimento para controle das emissões atmosféricas de material particulado oriundo de pátios de estocagem”.

E acrescenta ainda que “seu sistema de transportadores de correias associado, totalmente enclausurado, também incorpora a melhor tecnologia de controle disponível para transporte de materiais graneis, que por sua natureza possuem grande potencial de emissão”, ou de poluição.

Mas destaca que a tecnologia foi adotada pela empresa coreana durante sua fase de construção. Mas que não tem informações sobre a adoção da mesma tecnologia em uma empresa já em operação.

O documento propõe ainda outras alternativas de controle da poluição que envolve mais estudos e até um tipo de taxa por emissão de poluição

Grupo discutirá  
controle da poluição

Na tarde da próxima segunda-feira, lideranças na área de Meio Ambiente vão discutir um conjunto de conjunto de ações a serem adotadas para o controle mais rigoroso da poluição por pó preto. A proposta partiu do Ministério Público Estadual e envolve as empresas ligadas à siderurgia e mineração no Estado.

Dentre os projetos a serem discutidos está a criação de um fundo com recursos dos poluidores, destinados à reparação dos danos à saúde causados pelo pó preto.

Ostabalhos vão ser conduzidos por Marcelo Lemos, titular da 12ª Promotoria de Justiça Cível. Ele informou que a proposta de reunir um grupo de debates surgiu após a leitura de documentos que foram ane-

xados ao relatório da CPI do Pó Preto, da Assembleia Legislativa. “São documentos que trazem indícios fortes de que este tipo de poluição – por pó preto – traz prejuízos graves à saúde”, disse.

Também pesou em sua decisão outras situações, como o desastre ambiental de Mariana e a suspensão das atividades no Complexo de Tubarão, promovidas pela Justiça Federal a partir de um inquérito da Polícia Federal.

Foram convidados para a reunião representantes das casas legislativas de Meio Ambiente, assim como os secretários da área e a direção do Iema. “A maioria confirmou a presença”, informou Lemos, que também convidou as promotorias do Sul do Estado onde atua a Samarco.

## AS MEDIDAS DEFENDIDAS PELA PROMOTORIA

## GRUPO

## ▼ Trabalho

A primeira reunião, que acontece na próxima segunda-feira, estabelecerá a criação de um grupo de trabalho para discutir, elaborar e adotar medidas que visem a contenção da poluição por pó preto.

## LEGISLAÇÃO

## ▼ Mudança

Uma das propostas a serem discutidas pelo grupo é que se faça uma revisão geral da legislação ambiental estadual e na de Vitória e que se possa ter leis válidas para todo o Estado, pondo fim a gargalos existentes hoje e que favorecem aos poluidores. Deve ainda contemplar medidas e multas mais severas, compatíveis com as atividades econômicas dos poluidores.

## FUNDO

## ▼ Danos

Um dos temas a serem discutidos será a criação de um fundo com recursos dos poluidores, destinados à reparação dos danos à saúde causados pelo pó preto.

## RECURSOS

## ▼ Danos

Os recursos que vão dar origem ao fundo viria das empresas poluidoras, semelhante ao projeto adotado para o desastre do Rio Doce, ocasionado pelo rompimento de barragens da Samarco. O grupo definirá como ele deverá ser gerido e de que forma será aplicado.

## NOVO TCA

## ▼ Grupo

Um novo Termo de Compromisso Ambiental (TCA) que deverá ser assinado pelas empresas Vale e ArcelorMittal. O último data de 2007 e

foi assinado somente pela mineradora. A siderúrgica está sendo alvo de uma ação na Justiça. Ele deverá conter medidas mais rigorosas de controle ambiental.

## FISCALIZAÇÃO

## ▼ Melhorias

O fundo de recursos também deverá contemplar investimentos que vão ser destinados à melhoria dos setores de fiscalização, tanto estaduais quanto municipais.

## CONSULTA POPULAR

## ▼ Votação

Prevista no Estatuto das Cidades, pode vir a ser utilizada caso as empresas poluidoras se recusem a cumprir medidas mais rigorosas de controle ambiental. Caberá à população decidir se pretende, ou não,

manter as atividades poluidoras em seu solo.

## PRAZO

## ▼ Atuação

Juntos devem estabelecer um prazo de atuação, que poderá ser de 90 dias, para conclusão dos trabalhos.

## GRUPO

## ▼ Convidados

Foram convidados a participar do grupo os presidentes das comissões de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa, Rafael Favato, e da Câmara de Vitória, Max da Mata; os secretários de Meio Ambiente do Estado, Rodrigo Júdice, e o de Vitória, Luiz Emanuel Zouain; e a presidente do Iema, Sueli Tonini. O Ministério Público Estadual atuará como mediador de todo o processo.



DIVULGAÇÃO

Pier recebe embarcação da Vale em Tubarão: empresa terá recurso julgado pela Justiça Federal

## HISTÓRICO DA INTERDIÇÃO

### INTERDIÇÃO

#### ▼ Polícia Federal

As atividades do Complexo de Tubarão – administrado pela Vale –, que envolvem minério de ferro e carvão, foram interditadas no dia 21 de janeiro pela Polícia Federal. Motivo: crime ambiental decorrente da

poluição por pó preto que atinge o ar e o mar.

### DECISÃO

#### ▼ Justiça Federal

A decisão foi da Justiça Federal Criminal. No mesmo dia a Vale e a Arcelor Mittal foram multadas pela Prefeitura de Vitória em R\$ 68 milhões.

### RECURSO

#### ▼ Vale

No dia 22 de janeiro a Vale apresentou seu recurso.

### SUSPENSÃO

#### ▼ Interdição

Por decisão do TRF2, a interdição foi suspensa, mas foi determinado à empresa que, em 60

dias, adote medidas de controle da poluição.

### ANAMA

#### ▼ Processo

Em 1º de fevereiro a Anama pede ingresso no processo

### JULGAMENTO

#### ▼ Recursos

Na próxima segunda.

# Recurso da Vale será julgado na segunda, no Rio

» Foi marcado para a próxima terça-feira, no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, no Rio de Janeiro, o julgamento do recurso da Vale. A mineradora pede a suspensão das condicionantes impostas para que voltasse a operar no Complexo de Tubarão.

A determinação é de que a empresa, em 60 dias, adote medidas de controle da poluição. No recurso a Vale alega que, “além de injustificadas”, as exigências do magistrado que suspendeu a interdição, Vigdor Teitel, impõe à mineradora “providências complicadas e onerosas”.

No processo o Ministério Público Federal (MPF) se manifestou contrário à suspensão das medidas. E isto deve se manter até que ocorra o julgamento final do caso, em data ainda não marcada.

Também será avaliada na próxima terça-feira o pedido da Associa-

ção Nacional dos Amigos do Meio Ambiente (Anama) de fazer parte do processo. Ela alega que é autora de duas ações civis públicas contra Vale e ArcelorMittal e que, a suspensão das interdições no Porto de Tubarão aumentou a poluição na região, atingindo a sua esfera de interesses. Proposta que conta com o apoio do MPF.

### IMPEDIDO

Os recursos vão ser julgados pela 2ª Turma Especializada do TRF2, da qual fazem parte os desembargadores André Fontes, como presidente, mas que alegou estar impedido de julgar o caso, o que deve promover o seu afastamento na hora do julgamento.

Também faz parte da composição o desembargador Messod Azulay Neto, e a desembargadora Simone Schreiber, agora relatora do caso.